Vianorte S.A.

Assinado digitalmente por:
FRANCISCO JORGE ROSA FILHO
CPF: 056.898.198-75
Data: 24/02/2023 00:19:14 -03:00

CNPJ/MF nº 02.366.097/0001-86

Relatório da Administração da Vianorte S.A.

Senhores Acionistas: Em obediência às determinações legais, temos a satisfação de submeter à apreciação de V.Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as demais Demonstrações Contábeis referentes ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2022. Colocamo-nos à disposição dos Senhores Acionistas para quaisquer esclarecimentos complementares. Ribeirão Preto, 23 de fevereiro de 2023.

A Administração

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores em milhares de reais – R$)*

Ativo	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	5	1.350	131
Aplicações financeiras	5	1.789	50
Contas a receber	6	4.248	4.248
Contas a receber e outros recebíveis – partes relacionadas	11	26	26
Despesas antecipadas		232	187
Impostos a recuperar	7.a	12.051	1.288
Outras contas a receber		2	–
Total do ativo circulante		**19.698**	**5.930**
Não Circulante			
Mútuos a receber – partes relacionadas	11	137.476	123.861
Impostos a recuperar	7.a	–	15.977
Despesas antecipadas		2	4
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.b	8.106	9.322
Depósitos judiciais	12	589	625
Total do ativo realizável a longo prazo		**146.173**	**149.789**
Investimentos			
Intangível	9		
Total do ativo não circulante		**146.173**	**149.789**
Total do Ativo		**165.871**	**155.719**

Passivo e Patrimônio Líquido	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Circulante			
Fornecedores	10	198	309
Obrigações fiscais		277	27
Contas a pagar – partes relacionadas	11	725	493
Cauções contratuais	10	336	602
Dividendos propostos	11	2.403	89
Juros sobre capital próprio	11	17.067	17.067
Outras contas a pagar		291	388
Total do passivo circulante		**21.297**	**18.975**
Não Circulante			
Riscos cíveis e trabalhistas	12.a	4.193	3.303
Total do passivo não circulante		**4.193**	**3.303**
Total do Passivo		**25.490**	**22.278**
Patrimônio Líquido			
Capital social	13	107.543	107.543
Reservas de lucros		32.838	25.898
Total do patrimônio líquido		**140.381**	**133.441**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido		**165.871**	**155.719**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 *(Valores em milhares de reais – R$)*

		Capital social			Reservas de lucros		Dividendos		
	Nota explicativa	Subscrito	A integralizar	Integralizado	Reserva legal	Retenção de Lucro	adicionais propostos	Lucros acumulados	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2020		**113.652**	**(6.109)**	**107.543**	**21.508**	**4.122**	**–**	**–**	**133.173**
Lucro líquido do exercício	18	–	–	–	–	–	–	357	357
Destinações do prejuízo líquido:		–	–						
Dividendos adicionais propostos		–	–	–	–	–	–	(89)	(89)
Constituição de reserva de retenção de lucros		–	–	–	–	268	–	(268)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**113.652**	**(6.109)**	**107.543**	**21.508**	**4.390**	**–**	**–**	**133.441**
Saldos em 31 de dezembro de 2021		**113.652**	**(6.109)**	**107.543**	**21.508**	**4.390**	**–**	**–**	**133.441**
Lucro líquido do exercício	18	–	–	–	–	–	–	9.253	9.253
Destinações do lucro líquido:									
Dividendos distribuídos		–	–	–	–	–	–	(2.313)	(2.313)
Dividendos propostos		–	–	–	–	6.940	–	(6.940)	–
Saldos em 31 de dezembro de 2022		**113.652**	**(6.109)**	**107.543**	**21.508**	**11.330**	**–**	**–**	**140.381**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas da Administração às Demonstrações Contábeis em 31 de dezembro de 2022 *(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)*

1. Contexto Operacional – A Vianorte S.A. ("Sociedade" ou "Vianorte") é uma sociedade por ações, domiciliada no município de Ribeirão Preto, Estado de São Paulo, Brasil, situada na Via Anhanguera km 312,2, Pista Norte. Constituída em 6 de março de 1998, sua controladora e "*holding*" é a Arteris S.A. A Arteris S.A. ("Controladora") é uma empresa brasileira *holding* não financeira que possui o controle de diversas Sociedades de Propósito Específico (SPE's) atuante no setor de concessões rodoviárias. A Arteris S.A. ("Controladora") e suas controladas (conjuntamente referidas como "Grupo Arteris" e individualmente como "entidade do Grupo"). A Arteris S.A. é constituída por um *mix* de capital nacional e estrangeiro, sendo os seus acionistas diretos a *holding* não financeira espanhola Participes en Brasil, o fundo Brookfield Aylesbury S.A.R.L., e a *holding* brasileira PDC Participações S.A. I. Os acionistas indiretos relevantes da Arteris S.A. são (i) o fundo Brookfield Brazil Motorways Holdings SRL, controlada indireta da canadense Brookfield Asset Management Inc., e (ii) a espanhola Abertis Infraestructuras S.A., cujo controle é detido pela italiana Atlantia S.p.A., pela espanhola Actividaddes de Construccion y Servicios – ACS S.A. e pela alemã Hochtief AG. Em conformidade ao que determina ofício OF.DGR. 0054/18 da ARTESP, às 24 horas do dia 17 de maio de 2018 a Vianorte realizou a transferência do sistema remanescente do lote rodoviário 05 para empresa licitante vencedora da concorrência Pública Internacional nº 03/2016. No entanto, a Vianorte continuará com as tratativas junto à Agência Reguladora de Agentes Públicos Delegados de Transporte do Estado de São Paulo – ARTESP e Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP com objetivo de verificação e aprovação das condições de devolução e assim viabilizar a assinatura dos Termos Provisórios e Definitivos de Devolução do Sistema Rodoviário conforme descrito no contrato de concessão. Desde o dia 17 de maio de 2018 quando o contrato de concessão encerrou, a Vianorte deixou de operar as rodovias, entrando em um processo de dormência.

2. Concessão – Em razão do encerramento do contrato de concessão não há estimativa em 31 de dezembro de 2022 referente a investimentos para melhorias na infraestrutura, em 31 de dezembro de 2021 eram estimados R$127. Estes saldos se referiam a intervenções a ser realizadas para entrega do lote rodoviário ao poder concedente conforme exigência do contrato de concessão. Esses valores poderão ser alterados em razão de adequações contratuais e revisões das estimativas de custos necessárias para assinatura do termo de entrega definitivo do lote rodoviário ao Departamento de Estradas e Rodagem – DER. A Sociedade, independentemente da manutenção e conservação necessárias para manter o nível de serviços adequado durante o período de concessão, deverá devolver os sistemas rodoviários em bom estado, com a atualização adequada à época da devolução e garantia de prosseguimento da vida útil por seis anos adicionais das estruturas em geral, principalmente do pavimento. Nesse período, subsequente à devolução, não deverá ocorrer à necessidade de serviços de recuperação ou reforços nas obras de arte especiais, em virtude das manutenções destinadas a preservar as estruturas das rodovias. Em 20 de setembro de 2022, foi celebrado entre a Concessionária de Rodovias do Interior Paulista S.A. do Grupo Arteris, e o Estado de São Paulo, por intermédio da Secretaria de Logística e Transportes ("Poder Concedente" e, em conjunto com a Concessionária, "Partes"), com a interveniência e anuência da ARTESP, o Acordo-Preliminar conforme Termo Aditivo e Modificativo ("TAM") nº 03/2022, que terá por finalidade o encerramento das discussões judiciais a respeito da anulação dos Termos Aditivos e Modificativos firmados em 2006 e o equacionamento de passivos e ativos regulatórios envolvendo, além da própria Sociedade as concessionárias, Intervias, Vianorte e Autovias, sendo que os contratos de concessão dessas duas últimas já foram encerrados em 2018 e 2019, respectivamente. A Sociedade avaliou aspectos contábeis relacionados ao TAM Preliminar nº 03/2022 e não identificou necessidade de ajustes nas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2022. A Sociedade segue avaliando esse tema e manterá os seus acionistas e o mercado em geral atualizados sobre as informações adicionais relacionadas ao Acordo-Preliminar e TAM Definitivo.

3. Apresentação das Demonstrações Contábeis e Principais Políticas Contábeis – Base de preparação: As demonstrações contábeis foram preparadas e estão apresentadas de acordo com os pronunciamentos, as orientações e as interpretações técnicas do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ("CPC") e incluem também as disposições da Lei das Sociedades por Ações. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis, e somente essas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis foi aprovada pela Diretoria em 23 de fevereiro de 2023. Base de mensuração: As demonstrações contábeis foram preparadas com base no custo histórico, exceto se indicado de outra forma. Moeda funcional e moeda de apresentação: As demonstrações contábeis são apresentadas em Real – (R$), que é a moeda funcional da Sociedade. Todas as demonstrações contábeis apresentadas foram arredondadas para milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma. Uso de estimativas e julgamentos: Na preparação destas demonstrações contábeis, a Sociedade utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Sociedade e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As informações sobre essas premissas e estimativas, que possuam um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício estão relacionadas aos seguintes aspectos: determinação de taxas de desconto a valor presente utilizadas na mensuração de certos ativos e passivos de curto e longo prazos, determinação de provisões para manutenção, determinação de provisões para investimentos oriundos do contrato de concessão cujos benefícios econômicos estejam diluídos nas tarifas de pedágio, provisões para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios, perdas relacionadas a contas a receber e elaboração de projeções para teste de recuperação dos ativos intangíveis e de realização de créditos de imposto de renda e contribuição social diferidos que, apesar de refletirem o julgamento da melhor estimativa possível por parte da Administração da Sociedade , relacionada à probabilidade de eventos futuros, podem eventualmente apresentar variações em relação aos dados e valores reais. Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. Julgamentos e estimativas críticas referentes às práticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis estão descritas a seguir: (i) Julgamentos: Contabilização do contrato de concessão: Na contabilização do contrato de concessão, conforme determinado pela Interpretação Técnica do Comitê de Pronunciamentos Contábeis – ICPC 01, a Sociedade efetua análises que envolvem o julgamento da Administração, substancialmente no que diz respeito à aplicação da interpretação de contrato de concessão, determinação e classificação dos gastos de melhoria e construção como ativo intangível e avaliação dos benefícios econômicos futuros para fins de determinação do momento de reconhecimento dos ativos intangíveis gerados no contrato de concessão. Momento de reconhecimento do ativo intangível: A Administração da Sociedade avalia o momento de reconhecimento dos ativos intangíveis com base nas características econômicas do contrato de concessão, segregando os investimentos em dois grupos: (a) Investimentos que geram potencial de receita adicional: são reconhecidos somente quando incorridos os custos da prestação de serviços de construção relacionados à ampliação ou melhoria da infraestrutura. (b) Investimentos que não geram potencial de receita adicional: são estimados considerando a totalidade do contrato de concessão e reconhecidos a valor presente na data de transição, conforme mencionado na nota explicativa nº 10. Determinação de amortização anual dos ativos intangíveis oriundos do contrato de concessão: A Sociedade reconhece os efeitos de amortização dos ativos intangíveis decorrentes do contrato de concessão, limitados ao prazo da respectiva concessão. A Sociedade reconhece a amortização no resultado linearmente, prospectivamente e com base no prazo remanescente da concessão, já que este método é o que reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. (ii) Estimativas: Determinação das receitas de construção: De acordo com o CPC 47, quando a Sociedade contrata serviços de construção, deve reconhecer uma receita de construção quando realizada pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço de construção contratado. A Administração da Sociedade avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela contratação desses serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, dos custos de gerenciamento e do acompanhamento das obras, de acordo com o progresso físico *Percentage of Completion* – POC. Todas as premissas descritas são utilizadas para fins de determinação do valor justo das atividades de construção. Provisão para manutenção referente ao contrato de concessão: A contabilização da provisão para manutenção, reparo e substituições nas rodovias é calculada com base na melhor estimativa de gasto para liquidar a obrigação a valor presente na data de encerramento do exercício, em contrapartida à despesa para manutenção ou recomposição da infraestrutura a um nível específico de operacionalidade. O passivo a valor presente deve ser progressivamente registrado e acumulado para fazer face aos pagamentos a serem feitos durante a execução das obras. Provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios: A sociedade reconhece provisão para demandas judiciais fiscais, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais. A Administração reconhece que possui um risco de resultar em um ajuste sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos resultando em ajustes nos saldos contábeis de ativos e passivos, conforme nota explicativa nº 12. Imposto diferido: O imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. No momento do reconhecimento dos ativos e passivos fiscais diferidos avalia-se a disponibilidade de lucro tributável futuro contra o qual diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais possam ser utilizados, conforme nota explicativa nº 8.

4. Principais Práticas Contábeis – As práticas contábeis descritas a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente nessas demonstrações contábeis, referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021. **4.1. Contratos de concessão de serviços:** A natureza do contrato de concessão da Sociedade está descrita na nota explicativa 2. **4.1.1. Receitas:** A receita relacionada aos serviços de construção ou melhorias estabelecidos nos contratos de concessão é reconhecida ao longo do tempo, de forma consistente com as políticas contábeis da Sociedade que estabelecem o reconhecimento de receita proveniente de contratos de construção com base no método de custo incorrido. Os respectivos custos são reconhecidos no resultado quando incorridos. **4.1.2. Ativos intangíveis:** A Sociedade quando aplicável, reconhece um ativo intangível proveniente de um contrato de concessão de serviços quando ele tem o direito de cobrar pelo uso da infraestrutura de concessão. Um ativo intangível recebido como contraprestação pela prestação de serviços de construção ou de modernização em um contrato de concessão de serviços é mensurado a valor justo no reconhecimento inicial com referência ao valor justo dos serviços prestados. Após o reconhecimento inicial, o ativo intangível é mensurado a custo, o que inclui custos de empréstimos capitalizados, menos a amortização acumulada e as perdas por redução ao valor recuperável acumuladas. A vida útil estimada de um ativo intangível em um contrato de concessão de serviços começa a partir do período em que a Sociedade poderá cobrar o público em geral pelo uso da infraestrutura até o final do período da concessão. **4.2. Instrumentos financeiros: 4.2.1. – Reconhecimento e mensuração inicial:** As contas a receber de clientes e os títulos de dívida emitidos são reconhecidos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente quando a Sociedade se tornar parte das disposições contratuais do instrumento. Um ativo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente mensurado ao valor justo, mais ou menos, para um item não mensurado ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que são diretamente atribuíveis à sua aquisição ou emissão. Um contas a receber de clientes é mensurado inicialmente ao preço da operação. **4.2.2. Classificação e mensuração subsequente:** Ativos financeiros: No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: ao custo amortizado ou ao VJR – valor justo por meio do resultado. Os ativos financeiros são classificados sob a seguinte categoria: a) Custo amortizado: Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir e não for designado como mensurado ao VJR: • É mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e • Seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos somente ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Estes ativos são mensurados de forma subsequente ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment* (quando for o caso). A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment*, quando aplicável, são reconhecidos diretamente no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado. b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado: Todos os ativos financeiros não classificados como mensurados ao custo amortizado, conforme descrito acima, são classificados como ao VJR. No reconhecimento inicial, a Sociedade pode designar de forma irrevogável um ativo financeiro que de outra forma atenda aos requisitos para ser mensurado ao custo amortizado como ao VJR se isso eliminar ou reduzir significativamente um descasamento contábil que de outra forma surgiria. Ativos financeiros – Mensuração subsequente e ganhos e perdas

Ativos financeiros a VJR	Esses ativos são mensurados subsequentemente ao valor justo. O resultado líquido é reconhecido no resultado.
Ativos financeiros a custo amortizado	Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é reconhecido no resultado.

Passivos financeiros – classificação, mensuração subsequente e ganhos e perdas: Os passivos financeiros foram classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao VJR. Um passivo financeiro é classificado como mensurado ao valor justo por meio do resultado caso for um derivativo. Passivos financeiros mensurados ao VJR são mensurados ao valor justo e o resultado líquido é reconhecido no resultado. Outros passivos financeiros são subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. A despesa de juros, ganhos e perdas cambiais são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento também é reconhecido no resultado. Compensação: Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Sociedade tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **4.3. Outros ativos intangíveis:** Reconhecimento e mensuração: Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Sociedade e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados ao ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos, incluindo gastos com ágio gerado internamente, direito de outorga e marcas e patentes, são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Amortização: A amortização é calculada utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens, líquido de seus valores residuais estimados, as taxas de amortização estão divulgadas na nota explicativa nº 10. A amortização é geralmente reconhecida no resultado. Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada data de balanço e ajustados caso seja apropriado. **4.4. Imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos:** O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real do exercício. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda e contribuição social correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios ou a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. Impostos correntes: A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber estimado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar ou a receber é reconhecido no balanço patrimonial como ativo ou passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos ou recebidos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, se houver. Ele é mensurado com base nas taxas de impostos decretadas na data do balanço. Os ativos e passivos fiscais correntes são compensados somente se certos critérios forem atendidos. Impostos diferidos: O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são registrados com base em saldos de prejuízos fiscais, bases de cálculo negativas da contribuição social e diferenças temporárias entre os livros fiscais e os contábeis. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • Diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Os lucros tributáveis futuros são determinados com base na reversão de diferenças temporárias tributáveis relevantes. Se o montante das diferenças temporárias tributáveis for insuficiente para reconhecer integralmente um ativo fiscal diferido, serão considerados os lucros tributáveis futuros, ajustados para as reversões das diferenças temporárias existentes, com base nos planos de negócios da controladora e de suas subsidiárias individualmente. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas até a data do balanço, e reflete a incerteza relacionada ao tributo sobre o lucro, se houver. Ativos e passivos fiscais diferidos são compensados somente se certos critérios forem atendidos. **4.5. Provisões:** As provisões são determinadas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros estimados a uma taxa antes de impostos que reflita as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo relacionado. Os efeitos do desreconhecimento do desconto pela passagem do tempo são reconhecidos no resultado como despesa financeira. Provisão para riscos tributários, cíveis, regulatórios e trabalhistas: A Sociedade é parte de processos judiciais e administrativos. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais e administrativos, tributários, cíveis, trabalhistas e regulatórios para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões dos tribunais. **4.6. Ajuste a valor presente de ativos e passivos:** Os ativos e passivos monetários de longo prazo são atualizados monetariamente e, portanto, estão ajustados pelo seu valor presente. O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários de curto prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis tomadas em conjunto. Para fins de registro e determinação da relevância, o ajuste a valor presente é calculado levando em consideração os fluxos de caixa contratuais e a taxa de juros explícita, e em certos casos implícita, dos respectivos ativos e passivos. **4.7. Receitas e despesas financeiras:** Substancialmente representadas por juros e variações monetárias decorrentes de aplicações financeiras, depósitos judiciais, empréstimos e financiamentos, debêntures e passivo com credores pela concessão e efeitos dos ajustes a valor presente. A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos. **4.8 Novas normas e interpretações ainda não efetivas:** Uma série de novas normas serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2023. Não há impactos para as seguintes normas novas e alteradas nas demonstrações contábeis: (a) Imposto diferido relacionado a ativos e passivos decorrentes de uma única transação (alterações ao CPC 32); (b) Classificação do Passivo em Circulante ou Não Circulante (alterações ao CPC26); (c) Contratos de Seguros; (d) Divulgação de Políticas Contábeis (alterações ao CPC 26); (e) Definição de Estimativas Contábeis (alterações ao CPC23). Não há outras normas ou interpretações emitidas e ainda não adotadas que possam, na opinião da Administração, ter impacto significativo no resultado do período ou no patrimônio líquido divulgado pela Sociedade

5. Caixa, Equivalentes de Caixa e Aplicações Financeiras – Estão representados por:

Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Caixa e contas bancárias	39	44
Aplicações financeiras *	1.311	87
Total	**1.350**	**131**

Aplicações financeiras	31/12/2022	31/12/2021
Fundos de investimentos **	1.789	50
Total	**1.789**	**50**

* Os recursos aplicados diretamente em títulos ou por meio de fundos de investimentos possuem liquidez imediata, estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor, e possuem remuneração equivalente em 31 de dezembro de 2022, na média, 101,03% a.a. do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,4% a.a. em 31 de dezembro de 2021). Todos os recursos aplicados são mantidos com a finalidade de atender as necessidades de liquidez da Sociedade. **As aplicações financeiras correspondem a títulos lastreados em NTN-B, NTN-F e LF, considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa, os quais são registrados pelo valor justo por meio de resultado, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços.

6. Contas a Receber – Estão representadas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Regulatórios a receber – Poder concedente	4.248	4.248
Total	**4.248**	**4.248**

	31/12/2022	31/12/2021
Créditos a vencer	4.248	4.248
Total	**4.248**	**4.248**

A Sociedade avalia a imparidade das contas a receber com base em: (a) experiência histórica de perdas por clientes e segmento; (b) avalia a situação do crédito do cliente (atual ou vencido); e (c) avalia individualmente item (a) e (b) para a avaliação de redução ao valor recuperável para fins de constituição de provisão de perda. A Administração da Sociedade não identificou a necessidade de reconhecimento de provisão para perdas com recebíveis em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

Demonstrações do Resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores em milhares de reais – R$, exceto o lucro por ação básico e diluído)

	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Receita Operacional Líquida	14	576	9.229
Custo dos Serviços Prestados	15	(1.777)	(14.449)
Prejuízo Bruto		**(1.201)**	**(5.220)**
		,	
(Despesas) Receitas Operacionais			
Gerais e administrativas	15	(3.445)	(2.960)
Outras receitas operacionais, líquidas		70	815
		(3.375)	**(2.145)**
Prejuízo Operacional antes do Resultado Financeiro		(4.576)	(7.365)
Resultado Financeiro			
Receitas financeiras	16	19.081	8.017
Despesas financeiras	16	(514)	(84)
		18.567	**7.933**
Lucro Operacional antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		**13.991**	**568**
Imposto de Renda e Contribuição Social			
Correntes	8.a	(3.522)	–
Diferidos	8.a	(1.216)	(211)
Lucro Líquido do Período		**9.253**	**357**
Lucro por Ação Básico e Diluído – R$	18	**8,1740**	**0,3154**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações do Resultado Abrangente para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores em milhares de reais – R$)

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro Líquido do Período	9.253	357
Outros Resultados Abrangentes	–	–
Resultado Abrangente do Período	**9.253**	**357**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores em milhares de reais – R$)

Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais	Nota explicativa	31/12/2022	31/12/2021
Lucro líquido do exercício		9.253	357
Ajustes para conciliar o lucro líquido com o caixa líquido gerado pelas Atividades operacionais:			
Depreciação e amortização	15	576	9.229
Imposto de renda e contribuição social diferidos	8.b	1.216	211
Juros e variações monetárias sobre mútuos	11	(17.489)	(7.415)
Despesa financeira dos ajustes a valor presente		–	(21)
Constituição de provisão para riscos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios	15	2.578	2.200
Atualização monetária de provisão fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios		485	–
Reversão de provisão para manutenção	15	–	(4.674)
		(3.381)	(113)
Redução (aumento) dos ativos operacionais:			
Contas a receber		–	1
Contas a receber – partes relacionadas		–	59
Despesas antecipadas		(43)	(68)
Impostos a recuperar		5.214	(942)
Outros créditos		(2)	2.298
Depósitos judiciais		36	2.242
Outras contas a receber			
Aumento (redução) dos passivos operacionais:			
Fornecedores		94	(1.164)
Fornecedores – partes relacionadas		232	(702)
Cauções contratuais de fornecedores		(78)	(4)
Obrigações fiscais		2.894	1.113
Imposto de renda e contribuição social pagos		–	–
Outras contas a pagar		(97)	101
Riscos cíveis e trabalhistas		(2.173)	(3.220)
Caixa líquido consumido nas atividades operacionais		2.696	(399)
Fluxo de Caixa das Atividades de Investimento			
Aquisições de itens do intangível	17	(989)	(11.641)
Aplicações financeiras		(1.739)	(50)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento		(2.728)	(11.691)
Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamento			
Recebimento empréstimos empresas ligadas – juros	11	1.250	12.152
Pagamento de dividendos		1	–
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		1.251	12.152
Aumento do Saldo de Caixa e Equivalentes de Caixa		1.219	62
Caixa e Equivalentes de Caixa no Início do Exercício		131	71
Caixa e Equivalentes de Caixa no Fim do Exercício		**1.350**	**133**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

7. Impostos a Recuperar – a) Impostos a recuperar: Estão representadas por:

	31/12/2022	31/12/2021
Imposto de renda retido na fonte – IRRF (a) e (c)	1	1.121
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (b) e (c)	10.070	11.401
	10.071	**12.522**
Programa de Integração Social – PIS (c)	274	673
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS (c)	1.706	4.070
Total	1.980	4.743
Total	12.051	17.265
Total do circulante	12.051	1.288
Total do não circulante	–	15.977
	12.051	**17.265**

(a) Imposto de renda retido na fonte sobre mútuos com partes relacionadas, a partir do ano calendário de 2020, antecipação do IRPJ e Imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras de curto prazo, que poderão ser compensados em períodos subsequentes. (b) A Sociedade estima que os créditos fiscais de imposto de renda, contribuição social, serão recuperados através de lucros fiscais futuros originados através da obtenção de receitas financeiras proporcionadas pelos mútuos com a Arteris. Os créditos de PIS e COFINS poderão ser restituídos através de pedidos de restituição junto a Receita Federal do Brasil – RFB, além da possibilidade de compensação com impostos correntes sobre lucros futuros.

8. Imposto de Renda e Contribuição Social: a) Conciliação entre a taxa efetiva e nominal do imposto de renda e a contribuição social: A reconciliação entre a taxa efetiva e a taxa nominal do imposto de renda e da contribuição social nas demonstrações do resultado referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Lucro (Prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	13.991	568
Alíquota vigente	34%	34%
Expectativa de imposto de renda e contribuição social, de acordo com a alíquota vigente	(4.757)	(193)
Ajustes para a alíquota efetiva:		
Outras diferenças permanentes	19	(18)
Total	**(4.738)**	**(211)**
Imposto Contabilizado	(4.738)	(211)
Créditos de imposto de renda e contribuição social:		
Correntes	(3.522)	–
Diferido	(1.216)	(211)
	(4.738)	**(211)**
Alíquota efetiva de impostos	(34%)	(37%)

b) Imposto de renda e contribuição social diferidos: Saldos patrimoniais estão representados por:

	Imposto de renda e contribuição social diferido ativo	
Não circulante	31/12/2022	31/12/2021
Diferenças temporárias ativas		
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	19.626	24.095
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	4.193	3.303
Outras provisões	23	21
Diferenças de intangível e imobilizado líquidas	18.723	18.723
Amortização dos ajustes – mudança de práticas contábeis	(18.723)	(18.723)
Base de cálculo diferenças temporárias ativas	23.841	27.419
Alíquota nominal	34%	34%
Total	**8.106**	**9.322**
Total do imposto de renda e contribuição social	8.106	9.322

Movimentos de resultados representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Prejuízo fiscal e base negativa (a)	(4.469)	5.094
Riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios (b)	890	(1.020)
Outras provisões	2	1
Provisão para manutenção de rodovias	–	(4.646)
Ajuste dos encargos financeiros	–	(49)
Base de cálculo diferenças temporárias passivas	(3.578)	(620)
Alíquota nominal	34%	34%
Total	**(1.216)**	**(211)**

a) Refere-se a prejuízo fiscal e à base negativa de contribuição social, cuja possibilidade de compensação dos; b) Créditos tributários estão suportados por projeções de resultados tributáveis futuros oriundos de receitas financeiras. c) Referem-se a provisões para riscos cíveis e trabalhistas e regulatórios de reclamações pendentes de resoluções. Os estudos técnicos de viabilidade da Sociedade, apresentam expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, trazidos a valor presente, estão fundamentadas em estudo técnico de viabilidade, que permitem a realização do ativo fiscal diferido.

9. Intangível – A movimentação é como segue:

Custo do intangível	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Total
Saldo em 31/12/2021	577.724	254.971	60.326	893.021
Adições	576	–	–	576
Alienações/baixas	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2022	578.300	254.971	60.326	893.597
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2021	(577.724)	(254.971)	(60.326)	(893.021)
Amortizações	(576)	–	–	(576)
Alienações/baixas	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2022	(578.300)	(254.971)	(60.326)	(893.597)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2021	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2022	–	–	–	–
Taxas de amortização – a.a.	100%	100%	100%	

Custo do intangível	Intangível em rodovias – obras e serviços (a)	Direito de outorga da concessão (b)	Direito de outorga da incorporação (c)	Total
Saldo em 31/12/2020	568.575	254.971	60.326	883.872
Adições	9.229	–	–	9.229
Alienações/baixas	(80)	–	–	(80)
Saldo em 31/12/2021	577.724	254.971	60.326	893.021
Amortização acumulada				
Saldo em 31/12/2020	(568.575)	(254.971)	(60.326)	(883.872)
Amortizações	(9.229)	–	–	(9.229)
Alienações/baixas	80	–	–	80
Saldo em 31/12/2021	(577.724)	(254.971)	(60.326)	(893.021)
Intangível líquido				
Saldo em 31/12/2020	–	–	–	–
Saldo em 31/12/2021	–	–	–	–
Taxas de amortização – a.a.	100%	100%	100%	

continua …

(a) Refere-se a obras e serviços realizados nas rodovias, tais como pavimentação, duplicação, marginais, acostamentos, canteiros centrais, obras de arte especiais, terraplenagem, implantação de sistema de arrecadação e monitoramento de tráfego, sinalização e outros, sendo amortizados linearmente até o final do período da concessão. (b) Refere-se ao valor do ônus da concessão, devidos ao Departamento de Estradas e Rodagem de São Paulo – DER/SP pela outorga da concessão, ajustado a valor presente. (c) Refere-se ao direito de outorga proveniente da incorporação da parcela cindida, em setembro de 2006, da OHL Participações que detinha participação no capital social da Sociedade. Esse valor foi amortizado linearmente até o final do período da concessão ocorrido em maio de 2018. (d) Os investimentos são amortizados a taxa de 100% devido a Sociedade ter Propósito Específico (SPE), o contrato de concessão ter encerrado e ser necessário realizar obras de adequações a infraestrutura exigidas pelo poder concedente para viabilizar a entrega definitiva do lote rodoviário.

10. Fornecedores e Cauções Contratuais – Em 31 de dezembro de 2022, o saldo de R$ 198 (R$ 309 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a fornecedores e prestadores de serviços. O saldo de R$ 336 (R$ 602 em 31 de dezembro de 2021) refere-se a cauções contratuais de fornecedores e prestadores de serviços registrados de acordo com as condições estabelecidas em contrato prevendo retenção de 5% do valor dos serviços.

11. Partes Relacionadas – As transações com a controladora e partes relacionadas são relativas a contratos de serviços de construção, execução de obras, despesas administrativas e mútuos para capital de giro. Os saldos e as transações realizadas em 31 de dezembro de 2022 e 2021, com a controladora e demais partes relacionadas, com as quais ocorreram operações, estão demonstrados a seguir:

Ativo circulante	31/12/2022	31/12/2021
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a receber:		
Autovias S.A. (a)	26	26
Contas a receber de partes relacionadas circulante	26	26
Total parte relacionada no ativo circulante	**26**	**26**
Ativo não circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Mútuos a receber:		
Arteris S.A. – controladora (b)	137.476	123.861
Empréstimos a receber de partes relacionadas não circulante	137.476	123.861
Total do ativo não circulante	**137.476**	**123.861**
Passivo circulante	**31/12/2022**	**31/12/2021**
Controladora/Outras Partes Relacionadas		
Contas a pagar:		
Centrovias S.A. (a)	379	250
Intervias S.A. (a)	346	238
Fernão dias S.A. (a)	–	5
Passivos com partes relacionadas circulante	**725**	**493**
Juros sobre capital próprio:		
Arteris S.A. – controladora (c)	17.067	17.067
Total dos juros sobre capital próprio a pagar	**17.067**	**17.067**
Dividendos a pagar:		
Arteris S.A. – controladora (c)	2.403	89
Total dos dividendos a pagar	**2.403**	**89**
Total do passivo circulante	**20.195**	**17.649**

	31/12/2022		31/12/2021	
	Receitas (Despesas) financeiras líquidas (b)	**Despesas gerais (a)**	**Receitas (Despesas) financeiras líquidas (b)**	**Despesas gerais (a)**
Contas de Resultado:				
Controladora				
Arteris S.A.	17.489	–	7.415	–
Outras partes relacionadas				
Centrovias S.A.	–	(130)	–	(112)
Intervias S.A.	–	(108)	–	(84)
Total	**17.489**	**(238)**	**7.415**	**(196)**

(a) Refere-se a rateios de custos e despesas administrativas entre empresas do Grupo Arteris. A Arteris, controladora da Sociedade, adota um critério de rateio de custos da *"Holding"*, com base na receita das empresas do Grupo Arteris, a fim de garantir que todas as partes beneficiadas arquem com os gastos referentes às áreas administrativas e de suporte do Grupo Arteris, que serão reembolsados com vencimento médio de 45 dias. (b) Contrato de mútuo ativo com finalidade de suprir a necessidade de capital de giro da controladora Arteris S.A., com taxa de juros equivalente a 100% da variação do CDI acrescido de 1,7% ao ano com vencimentos de juros e principal para dezembro de 2024, conforme demonstrado a seguir:

			31/12/2022		31/12/2021	
Data da Liberação	**Vencimento**	**Encargos**	**Valor do principal**	**Juros**	**Valor do principal**	**Juros**
02/05/2013	31/12/2024	CDI + 1,7% a.a.	100.000	37.476	100.000	23.861

Ativos Circulante e Não Circulante	31/12/2022			31/12/2021		
	Circulante	**Não circulante**	**Total**	**Circulante**	**Não circulante**	**Total**
Saldo inicial	–	123.861	123.861	–	129.711	129.711
Juros provisionados	–	17.489	17.489	–	7.415	7.415
Pagamento/Recebimento de juros	(590)	(660)	(1.250)	(12.152)	–	(12.152)
IR recuperar	–	(2.624)	(2.624)	–	(1.113)	(1.113)
Transferências	590	(590)	–	12.152	(12.152)	–
Saldo final	**–**	**137.476**	**137.476**	**–**	**123.861**	**123.861**

(c) Saldo a pagar de juros sobre capital próprio constituído em exercícios anteriores. No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a Sociedade recebeu, a título de juros sobre empréstimo de mútuo com a Arteris S/A, o montante de R$590 dos quais, R$590 foram recebidos em moeda corrente nacional. Os administradores não obtiveram ou concederam empréstimos à Sociedade e a suas partes relacionadas, tampouco possuem benefícios indiretos, benefícios pós-emprego, outros benefícios de longo prazo, benefícios de rescisão de contrato de trabalho e remuneração baseada em ações. As transações com partes relacionadas são submetidas a Diretoria para aprovação, nos termos do Estatuto Social. As operações e os negócios celebrados pela Sociedade com partes relacionadas estão sujeitos aos encargos financeiros descritos anteriormente, que são compatíveis com as taxas praticadas no país.

12. Provisões – a) Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios: A Sociedade tem reclamações judiciais pendentes de resolução e correspondentes, fundamentalmente, a ações cíveis derivadas de responsabilidade civil em relação aos usuários das rodovias, bem como a processos trabalhistas e regulatórios. A Administração constituiu, com base na opinião de seus advogados internos e externos, uma provisão para cobrir as perdas que provavelmente possam decorrer das referidas ações judiciais e estima que a decisão final destas não afete significativamente os fluxos de caixa, a posição financeira e o resultado das operações da Sociedade. A movimentação do saldo dos riscos cíveis, trabalhistas e regulatórios durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e de 2021 é conforme segue:

	31/12/2021	Adições	Reversões	Pagamentos	Encargos	31/12/2022
Cíveis	301	1.730	(439)	(551)	6	1.047
Trabalhistas	800	363	(127)	(221)	17	832
Regulatório	2.202	1.280	(229)	(1.401)	462	2.314
Total	**3.303**	**3.373**	**(795)**	**(2.173)**	**485**	**4.193**
	30/12/2020	**Adições**	**Reversões**	**Pagamentos**	**Encargos**	**31/12/2021**
Cíveis	1.696	1.314	(951)	(1.758)	–	301
Trabalhistas	610	335	(12)	(133)	–	800
Regulatório	2.017	1.720	(206)	(1.329)	–	2.202
Total	**4.323**	**3.369**	**(1.169)**	**(3.220)**	**–**	**3.303**

As principais movimentações nos processos cíveis referem-se a indenizações a terceiros. Na esfera trabalhista, em sua maioria referem-se a processos de responsabilidade solidária sobre contratações de terceiros em obras da Sociedade. No regulatório, os principais movimentos referem-se a processos administrativos e judiciais relativos a ARTESP. Periodicamente a Sociedade realiza revisões técnicas e jurídicas nesses processos, visando avaliar e mensurar os potenciais riscos existentes. Em 31 de dezembro de 2022 a Sociedade provisionou processos cuja probabilidade de perda foi classificada como provável por seus assessores jurídicos internos totalizando R$2.314 (R$ 2.202 em 31 de dezembro de 2021). Adicionalmente, a Sociedade é parte em processos ainda em andamento, advindos do curso normal de suas operações, classificados como de risco possível de perda por seus advogados, para os quais não foram constituídas provisões. Tais processos estão representados conforme segue:

Possíveis	31/12/2022	31/12/2021
Cíveis	2.326	19.769
Trabalhistas	26	162
Regulatório	2.940	2.810
Fiscal	–	372
Total	**5.292**	**23.113**

Os processos possíveis classificados como cíveis decorrem em sua maioria da operação da rodovia, os principais tratam de ações referentes a acessos a rodovia, faixa de dominio, objetos e animais na pista, etc. Os depósitos judiciais no montante de R$589 em 31 de dezembro de 2022 (R$625 em 31 de dezembro de 2021), classificados no ativo não circulante, referem-se a discussões judiciais para as quais R$392 (R$303 em 31 de dezembro de 2021) há provisão registrada, por se tratar de prognóstico provável, os demais não há provisão registrada, em virtude de o respectivo risco ser classificado como possível ou remoto. b) Provisão para manutenção em rodovias: A provisão para manutenção é calculada com base nos fluxos de caixa futuros estimados descontados a valor presente pela taxa de desconto de 6,03% a.a. em 31 de dezembro de 2022 e 5,33% a.a. em 31 de dezembro de 2021, considerando os valores da próxima intervenção, de acordo com o contrato de concessão o ciclo é de 5 anos. A movimentação do saldo da provisão para manutenção durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é conforme segue:

	Circulante	Total
	Manutenção em rodovia	**Manutenção em rodovia**
Saldo em 31/12/2021	–	–
Adições/Reversões	–	–
Ajuste a valor presente	–	–
Saldo em 31/12/2022	–	–
	Circulante	**Total**
	Manutenção em rodovia	**Manutenção em rodovia**
Saldo em 30/12/2020	4.646	4.646
Adições/Reversões	(4.674)	(4.674)
Ajuste a valor presente	28	28
Saldo em 31/12/2021	–	–

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021 não foram efetuados pagamentos de manutenção.

13. Patrimônio Líquido – **a) Capital social:** O capital social subscrito em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é de R$113.652 , composto por 1.132.038 ações ordinárias e sem valor nominal, integralizadas pelo valor de R$107.543 , que representa 1.071.134 ações. Cada ação tem direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral; **b) Reservas de lucros e distribuição de dividendos:** Reserva legal e retenção de lucros: O estatuto social da Sociedade prevê que o lucro líquido do exercício, após a destinação da reserva legal, na forma da lei, poderá ser destinado à reserva para riscos cíveis, trabalhistas e fiscais, retenção de lucros prevista em orçamento de capital a ser aprovado pela Assembleia Geral de Acionistas, reserva de lucros a realizar, observado o Artigo 198 da Lei nº 6.404/76. Distribuição de dividendos: O estatuto social da Sociedade prevê a distribuição de, no mínimo, dividendo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos do artigo 202 da Lei nº 6.404/76. A proposta de distribuição de dividendos efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo na rubrica "Dividendos propostos" por ser considerada como uma obrigação legal prevista no estatuto social da Sociedade. Os juros sobre capital próprio são reconhecidos como distribuição de lucros, uma vez que têm a característica de um dividendo para efeito de apresentação nas informações contábeis intermediárias. O valor dos juros é calculado como uma porcentagem do patrimônio líquido da Sociedade, usando a Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP, estabelecida pelo governo brasileiro, conforme exigência legal. Estão limitados a 50% do lucro líquido do exercício ou 50% do saldo acumulado de lucros retidos em exercícios anteriores, o que for maior. Sobre o valor calculado dos juros sobre capital próprio é devido o Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF, calculado à alíquota de 15%. Adicionalmente, conforme permitido pela Lei nº 9.249/95, a referida remuneração é considerada como dedutível para fins de imposto de renda.

14. Receitas – A conciliação entre a receita bruta e a receita líquida apresentada na demonstração do resultado do exercício é como segue:

	31/12/2022	31/12/2021
Receita de serviços de construção	576	9.229
Receita bruta	576	9.229
Receita líquida	**576**	**9.229**

15. Custos e Despesas por Natureza – Estão representados por:

	31/12/2022	31/12/2021
Custos:		
Com pessoal	–	(1)
Seguros/Garantias	(625)	(664)
Provisão de manutenção em rodovias	–	4.674
Custos de serviços da construção	(576)	(9.229)
Depreciação/Amortização	(576)	(9.229)
Total	**(1.777)**	**(14.449)**
	31/12/2022	**31/12/2021**
Despesas:		
Com pessoal	(237)	(222)
Serviços de terceiros	(414)	(373)
Consumo	–	(3)
Reversão para riscos cíveis e trabalhistas	(2.578)	(2.200)
Indenizações à terceiros	(40)	(34)
Publicações legais	(50)	(111)
Outros	(126)	(17)
Total	**(3.445)**	**(2.960)**

16. Resultado Financeiro – Está representado por:

	31/12/2022	31/12/2021
Receitas financeiras:		
Juros ativos (a)	17.489	7.415
Aplicações financeiras	144	12
Encargos financeiros – ajuste a valor presente	–	21
Créditos fiscais (b)	1.438	569
Outras receitas	10	–
Total	**19.081**	**8.017**
	31/12/2022	**31/12/2021**
Despesas financeiras:		
Atualização monetária de contingências	(473)	–
Outras despesas	(41)	(84)
Total	**(514)**	**(84)**

(a) Juros ativos originados de transações financeiras com partes relacionadas conforme nota explicativa 9. (b) Créditos fiscais na atualização de impostos a recuperar e recuperação de créditos com PIS e a COFINS. A partir de 01/07/2015, as alíquotas do PIS e COFINS sobre receitas financeiras, inclusive decorrentes de operações realizadas para fins de *hedge*, auferidas pelas pessoas jurídicas sujeitas ao regime de apuração não-cumulativa das referidas contribuições, serão de 0,65% e 4%, respectivamente, de acordo com o Decreto Nº 8.426, de 1º de abril de 2015. Porém após a Instrução Normativa RFB Nº 1.731, de 22 de agosto de 2017, as tributações destes impostos não se aplicam a companhias de concessões rodoviárias, que após apresentação dos Pedidos Eletrônicos de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação (PER/DCOMP), gerou o crédito fiscal estornando os impostos já reconhecidos.

17. Demonstração dos Fluxos de Caixa – Informações suplementares:

	31/12/2022	31/12/2021
Total das adições de intangível	576	9.229
	576	**9.229**
Aquisição (adições)	(576)	(9.229)
Fornecedores	(205)	(1.737)
Obrigações fiscais	(20)	(177)
Cauções contratuais	(188)	(498)
Total dos fluxos de caixa na compra de intangível	**(989)**	**(11.641)**
Fluxo de caixa intangível	(989)	(11.641)
Total dos fluxos de caixa de imobilizado e intangível	**(989)**	**(11.641)**
Transações de investimentos e financiamentos que envolvem caixa:		
Pagamento de exercícios anteriores menos valores a pagar no exercício, que não afetaram as adições das notas de imobilizado e intangível	(413)	(2.412)
	31/12/2022	**31/12/2021**
Outras transações que não envolveram caixa:		
Recebimento de juros de mútuos através de compensação com saldos a pagar com a controladora Arteris S/A.	–	322
Dividendos propostos e não pagos	2.403	89

18. Lucro por Ação – O cálculo básico do lucro por ação é feito por meio da divisão do lucro líquido (prejuízo) do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Sociedade, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. A tabela a seguir reconcilia o lucro líquido e a média ponderada do número de ações utilizados para o cálculo do lucro básico e diluído por ação.

	31/12/2022	31/12/2021
Básico/Diluído		
Lucro do exercício	9.253	357
Número de ações durante exercício	1.132	1.132
Lucro por ação	**8,1740**	**0,3154**

Não há diferença entre lucro básico e lucro diluído por ação por não ter havido durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, instrumentos patrimoniais com efeitos dilutivos.

19. Instrumentos Financeiros – As operações com instrumentos financeiros da Sociedade estão reconhecidas nas informações contábeis intermediárias, conforme quadro a seguir:

			31/12/2022		31/12/2021	
	Nível	**Mensuração (*)**	**Contábil**	**Valor Justo**	**Contábil**	**Valor Justo**
Ativo						
Caixa e Equivalentes de caixa	Nível 2	1	1.350	1.350	131	131
Aplicação financeira	Nível 2	1	1.789	1.789	50	50
Contas a receber clientes	Nível 2	2	4.248	4.248	4.248	4.248
Mútuos a receber – partes relacionadas	Nível 2	2	137.476	137.476	123.887	123.887
Despesas antecipadas	Nível 2	1	–	–	4	4
Aplicações financeiras vinculadas	Nível 2	1	–	–	15.977	15.977
Outros Créditos	Nível 2	2	2	2	–	–
Contas a receber de partes relacionadas	Nível 2	2	26	26	–	–
			144.891	**144.891**	**144.297**	**144.297**
Passivo						
Contas a pagar – partes relacionadas	Nível 2	2	17.792	17.792	17.560	17.560
Fornecedores e cauções contratuais	Nível 2	2	534	534	911	911
Dividendos propostos	Nível 2	2	2.403	2.403	89	89
Outras contas a pagar	Nível 2	2	291	291	388	388
			21.020	**21.020**	**18.948**	**18.948**

(*) Mensuração
1) Mensurados a valor justo por meio de resultado
2) Custo amortizado

Mensuração a valor justo: O Pronunciamento Técnico CPC 46 requer a classificação em uma hierarquia de três níveis para mensurações a valor justo dos instrumentos financeiros. Ao mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Sociedade usa dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma. - Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos. - Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços). - Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis). Técnicas de mensuração do valor justo: A Sociedade avaliou que o valor justo das contas a receber, contas a pagar a fornecedores e cauções contratuais e demais ativos e passivos circulantes são equivalentes a seus valores contábeis, principalmente aos vencimentos de curto prazo desses instrumentos. O valor justo dos ativos a receber e passivos a pagar a longo prazo, tais como aplicações financeiras, aplicações financeiras vinculadas, são avaliados pela Sociedade com base em parâmetros tais como taxas de juros e fatores de risco. Com base nessa avaliação, o valor contábil desses ativos e passivos se aproximava de seu valor justo. Os valores contábeis dos mútuos a receber com partes relacionadas, por se tratar de instrumentos financeiros com características exclusivas, oriundos de fontes de financiamento específicas do Grupo Arteris, consideram-se os valores contábeis desses instrumentos financeiros equivalentes aos valores justos.

20. Gestão de Risco – De acordo com a sua natureza, os instrumentos financeiros podem envolver riscos conhecidos ou não, sendo importante a avaliação potencial dos riscos. Os principais fatores de risco que podem afetar os negócios da Sociedade estão apresentados a seguir: **Riscos de mercado:** Risco de mercado é o risco de que alterações nos preços de mercado tais como taxas de câmbio, taxas de juros e preços de ações irão afetar os ganhos da Sociedade ou o valor de seus instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é controlar as exposições a riscos de mercado, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno. **a) Exposição a riscos de taxas de juros:** A Sociedade não está exposta a riscos de taxas de juros devido a não haver saldos de empréstimos e financiamentos a pagar. **b) Risco de crédito:** A Sociedade não está exposta a risco de crédito. **c) Risco de liquidez e gestão de capital:** Risco de liquidez é o risco de que o Grupo Arteris irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem do Grupo Arteris na gestão do risco de liquidez é de garantir, na medida do possível, que sempre terá liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações no vencimento, tanto em condições normais como de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou risco de prejudicar a reputação do Grupo Arteris. O risco de liquidez é gerenciado pela controladora Arteris S.A., que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para as necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazos. A controladora Arteris S.A. gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros. A tabela a seguir mostra em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos da Sociedade e os prazos de amortização contratuais. A tabela foi elaborada de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Sociedade deve quitar as respectivas obrigações:

			Fluxos de caixa contratuais					
Modalidade	**Taxa de juros (média ponderada) efetiva % a.a.**	**Valor contábil**	**Total**	**2 meses ou menos**	**2 a 12 meses**	**1 a 2 anos**	**2 a 4 anos**	**5 anos ou mais**
Fornecedores e cauções contratuais	–	534	367	–	367	–	–	–
Fornecedores partes relacionadas	–	725	673	–	673	–	–	–
Outras contas a pagar	–	291	283	–	283	–	–	–
		1.550	**1.323**	**–**	**1.323**	**–**	**–**	**–**

Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2022 o passivo circulante da Sociedade excedeu o ativo circulante em R$1.599 (R$12.956 em 31 de dezembro de 2021).

21. Informações por Segmento de Negócio – A operação da Sociedade consiste na exploração de concessão pública de rodovias, sendo este o único segmento de negócio e maneira em que as decisões e recursos são feitas. A área geográfica de concessão da Sociedade é dentro do território brasileiro e as receitas são provenientes de cobrança de tarifa de pedágio dos usuários das rodovias (clientes externos). Nenhum cliente externo representa mais que dez por cento das receitas totais da Sociedade. Desde o mês de maio de 2018 a Sociedade não possui receitas operacionais em decorrência do término do contrato de concessão. Desde então a Sociedade vem atuando no sentido de viabilizar a assinatura do termo de entrega do lote rodoviário junto ao DER/SP. Essa atuação consiste tão somente na realização de serviços e investimentos identificados como obrigatórios pela ARTESP.

22. Garantias e Seguros – A Sociedade, por força contratual, mantém regularizadas e atualizadas as garantias que cobrem a execução das funções de ampliação e conservação especial e das funções operacionais de conservação ordinária da malha rodoviária e o pagamento da parcela fixa do ônus da concessão, quando aplicável. Adicionalmente, por força contratual e política interna de gestão de riscos, a concessionária mantém vigentes apólices de seguros de riscos operacionais, riscos de engenharia e de responsabilidade civil, para garantir a cobertura de danos decorrentes de riscos inerentes às suas atividades, tais como perda de receita, destruição total ou parcial das obras e bens que integram a concessão, além de danos materiais e corporais aos usuários, todos de acordo com os padrões internacionais para empreendimentos dessa natureza. A Sociedade contratou apólice de seguro garantia financeira com indenização de R$100.000 referente a ação judicial movida pela ARTESP, conforme estabelecido no Termo Aditivo Modificativo nº 16/2018.Também contratou seguro garantia execução do Contrato de Concessão com limite máximo de indenização de R$100.000 com vigência até que seja assinado o termo de entrega definitiva do lote rodoviário ao Departamento de Estradas e Rodagem do Estado de São Paulo – DER/SP.

Diretoria

Helvécio Tamm de Lima Filho
Diretor

Vanessa Ferreira Gouveia
Gerente Financeiro

Contador

Alexandre Pscheidt
CRC nº SC 026791/O-5 T-SP

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Contábeis

Aos Administradores e Acionistas da
Vianorte S.A. | Ribeirão Preto-SP

Opinião: Examinamos as demonstrações contábeis da Vianorte S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Vianorte S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião: Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase – Encerramento das operações: Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 das demonstrações contábeis, que indica que a Vianorte S.A. deteve a concessão para exploração de suas atividades por aproximadamente 20 anos, cujas operações tiveram continuidade até 17 de maio de 2018. Essa situação indica que essa entidade entrou em um processo de dormência em função do referido assunto referente ao encerramento da concessão. Nossa opinião não está ressalvada em relação a este assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores: A administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis: A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações contábeis: Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: – Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. – Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. – Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. – Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional. – Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto-SP, 23 de fevereiro de 2023.

KPMG

KPMG Auditores Independentes Ltda.
CRC 2 SP 027.666/F

Gustavo de Souza Matthiesen
Contador CRC 1SP 293.539/O-8

MANIFESTO DE ASSINATURAS

Código de validação: L2BB3-VJCLF-2ZZ5B-HYXLS

Esse documento foi assinado pelos seguintes signatários nas datas indicadas (Fuso horário de Brasília):

- ✔ FRANCISCO JORGE ROSA FILHO (CPF 056.898.198-75) em 24/02/2023 00:19 - Assinado com certificado digital ICP-Brasil

Para verificar as assinaturas, acesse o link direto de validação deste documento:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate/L2BB3-VJCLF-2ZZ5B-HYXLS

Ou acesse a consulta de documentos assinados disponível no link abaixo e informe o código de validação:

https://assinefacil.onlinesolucoesdigitais.com.br/validate